

O Carbono Desacreditado

A razão pela qual a UE deve evitar as compensações de carbono florestal





Enviro

Contents

Acrónimos	2
1. Síntese	3
2. Contexto e história	4
Por que razão o projeto é relevante	4
Compensação florestal das emissões de carbono	4
Contexto local: Moçambique	5
História do projeto	6
<i>Caixa 1: O sistema Plan Vivo</i>	6
3. Análise: o projeto alcançou os seus objetivos?	8
Medir o carbono e projetar o futuro	8
Pressupostos de equivalência e permanência	10
Monitorização e verificação do carbono do projeto	12
Viabilidade financeira	13
4. Conclusões	18

Autor: Jutta Kill

ISBN: 978-1-906607-32-6

A presente publicação tornou-se possível graças ao apoio financeiro da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSCN), que financiou a viagem independente ao terreno, da União Europeia e da Fundação Charles Stewart Mott. Obrigado a Boaventura Monjane, La Via Campesina Moçambique, por um artigo anterior e por ter permitido utilizar as suas fotos. As opiniões expressas no presente relatório são as do autor e não refletem necessariamente as dos doadores.

Acrónimos

CCBA:	Aliança para o Clima, Comunidade e Biodiversidade
CCB:	Normas relativas ao Clima, Comunidade e Biodiversidade
MDC:	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
CE:	Comissão Europeia
ECCM:	Edinburgh Centre for Carbon Management ((Centro de Gestão de Carbono de Edimburgo)
EML:	Envirotrade Mozambique Limitada
UE:	União Europeia
RCLE UE:	Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE
GEE:	Gases com Efeito de Estufa
ha:	hectares
ICRAF:	Centro Internacional para a Investigação Agroflorestal
PFNL:	Produtos Florestais Não Lenhosos
DCP	Documento de Conceção do Projeto
PSA:	Pagamentos por Serviços Ambientais
REDD:	Redução das Emissões da Desflorestação e da Degradação Florestal
tCO ₂ e:	Toneladas equivalentes de dióxido de carbono
ONU:	Organização das Nações Unidas
VCS:	Voluntary Carbon Standard (Norma de Carbono Verificado)



Uma publicação da FERN e da Les Amis de la Terre.
Junho 2013

www.fern.org

1. Síntese

O Projeto-Piloto de Compensação Florestal das Emissões de Carbono de N'hambita, executado pela empresa Envirotrade, e inicialmente financiado com verbas da Comissão Europeia (CE)¹, não conseguiu alcançar a maioria dos seus objetivos em matéria de alterações climáticas, de desenvolvimento, financeiros ou de aprendizagem.

A Envirotrade sugere que as emissões foram compensadas por sumidouros de carbono em Moçambique, que não consegue calcular devido aos problemas inerentes às estimativas de base e à impossibilidade de verificar as poupanças reivindicadas.

A UE deve reconsiderar, com caráter de urgência, a sua posição relativamente a projetos de compensação florestal das emissões de carbono como estes, devendo reorientar quaisquer recursos planeados para projetos de compensação para a realização de reduções efetivas das emissões de carbono na fonte no seio dos seus Estados-Membros.



¹ A subvenção da UE foi atribuída à Universidade de Edimburgo, Faculdade de Geociências, tendo a Envirotrade participado como a entidade local responsável pela implementação do projeto. A gestão do projeto foi inicialmente realizada por outro associado participante na subvenção e foi transferida para a Envirotrade alguns meses após o lançamento do projeto.

2. Contexto e história

Por que razão o projeto é relevante

Na província de Sofala, na região central de Moçambique, existe um conjunto de iniciativas designadas coletivamente por «Projeto-Piloto de N'hambita»², tendo sido promovido como uma medida emblemática para a proteção das florestas e a redução das emissões dos gases com efeito de estufa (GEE). A Organização das Nações Unidas (ONU) cita-o como um exemplo ³ e intervenientes respeitados conferem-lhe aval público. Eventos de grande visibilidade e comerciantes bem conhecidos adquiriram créditos que reivindicam compensar a sua pegada de carbono através do sistema. O projeto foi certificado por organizações ambientais como a Rainforest Alliance e Plan Vivo⁴. A Aliança para o Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCBA) afirma que o projeto cumpre o seu padrão de ouro para a conceção de projetos. A CE financiou-o com uma dotação de 1 587 000 euros.

Mas será que o Projeto de N'hambita faz jus à sua reputação? O facto de este projeto específico ser considerado um sucesso ou um fracasso reveste-se de grande importância: não apenas devido aos fundos públicos que a CE canalizou para o projeto, ou devido ao impacto imediato nas pessoas e florestas da província de Sofala, mas também porque terá uma influência duradoura nas futuras políticas da UE em matéria de compensação das emissões de carbono e proteção ambiental. As conclusões sobre a eficácia do Projeto-Piloto de N'hambita servirão não apenas para moldar as decisões sobre de que modo esses projetos são

concebidos e geridos no futuro, mas também para determinar se esse tipo de projeto deverá sequer existir no futuro.

No contexto das iminentes alterações climáticas catastróficas, trata-se de aspetos que ultrapassam um interesse meramente académico ou fiscal. Os erros nas políticas da UE em matéria de alterações climáticas terão consequências devastadoras para todos nós. Por conseguinte, afigurar-se-ia imperativo que projetos-piloto como o de N'hambita:

- fossem concebidos e executados com a máxima cautela e minuciosidade;
- fornecessem informações pormenorizadas, completas, transparentes, objetivas e fiáveis sobre a sua execução e resultados;
- demonstrassem que cumprem os respetivos objetivos ambientais e de desenvolvimento antes de serem reproduzidos noutras regiões.

A análise da FERN à documentação do projeto e às informações recolhidas durante uma visita ao terreno, em 2012, concluiu que o Projeto-Piloto de N'hambita não cumpre estas normas. O presente documento explica porquê.

Compensação florestal das emissões de carbono

A compensação de carbono é um mecanismo através do qual as emissões de carbono nos países desenvolvidos podem ser compensadas pela redução das emissões reivindicadas nos países em desenvolvimento. Os créditos são atribuídos aos que reivindicarem que «evitam» ou «reduzem» o carbono, podendo ser posteriormente vendidos a taxas de mercado a agentes emissores de carbono. É controverso e bastante criticado⁵, mas constitui uma parte essencial do sistema global de comércio de carbono. É normalmente utilizado por organizações que procuram cumprir as suas metas legais de emissões de carbono, ou por empresas

2 O presente documento informativo utiliza a expressão '«Projeto-Piloto de N'hambita» ao longo de todo o documento para se referir ao projeto que é também designado por «Projeto de Carbono da Comunidade de Sofala»; «Projeto de utilização da terra e gestão do carbono da Comunidade de Miombo»; «Projeto-Piloto de N'hambita» e «Projeto de Carbono da Comunidade de N'hambita».

3 Projeto de Carbono da Comunidade de Sofala. Documento de Conceção do Projeto. De acordo com as normas da CCB e da Plan Vivo. Abril de 2010. https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/Sofala_Community_Carbon_Project/2010-18-04-PDD-CCBA-Sofala-post-audit_FINAL.PDF; <http://www.uncsd2012.org/index.php?page=view&nr=32&type=99&menu=20>

4 A Plan Vivo é um promotor voluntário de projetos de compensação das emissões de carbono. Para mais informações, consulte a página Internet www.planvivo.org/

5 Ver FERN, Trading Carbon (Comércio de Carbono), 2010. <http://www.fern.org/tradingcarbon>



A promoção do Projeto-Piloto N'hambita enquanto iniciativa de medida emblemática para a proteção das florestas e a redução das emissões com gases de efeito de estufa não convence.

e pessoas singulares que pretendem, voluntariamente, exercer responsabilidade social.

A compensação de carbono é vista como uma potencial fonte de rendimentos para as comunidades nos países em desenvolvimento e, muitas vezes, funciona dentro de um quadro de desenvolvimento, tal como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da ONU⁶. Prevê-se que os projetos apresentem reduções tangíveis de carbono e melhorias sustentáveis na qualidade de vida das comunidades envolvidas. Mais uma vez, essas reivindicações são frequentemente contestadas⁷.

A compensação florestal das emissões de carbono – em que os promotores criam créditos reivindicando que protegem as florestas «em pé» ou que plantam árvores – é particularmente problemática⁸ e, por conseguinte, foi excluída do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (RCLE UE). Contudo, em 2008, a iniciativa da ONU intitu-

lada Redução das Emissões da Desflorestação e da Degradação Florestal (REDD) deu início ao processo de trazer os programas de proteção das florestas para o paradigma do comércio de carbono, perante os protestos generalizados vindos de todos os quadrantes - organizações ambientais, de desenvolvimento e de proteção das florestas e até mesmo de comerciantes de matérias-primas - que alegaram que o conceito era inviável⁹, e, em última análise, perigoso para as florestas, para as comunidades, para o ambiente e para a economia mundial.

É neste contexto que uma apreciação honesta e transparente dos projetos-piloto de compensação florestal das emissões de carbono, como o de N'hambita, assume grande importância.

Contexto local: Moçambique

Moçambique é um país que está a atravessar mudanças rápidas e drásticas devido a um influxo de apoio e investimentos internacionais que estão a transformar a paisagem. As consequências duradouras da longa guerra civil de 1977 a 1992 ainda hoje afetam o país. A deslocação de uma grande parte da população do país seguiu-se uma migração interna precipitada por projetos de desenvolvimento de grande escala, como uma barragem de grandes dimensões, exploração de minas e plantações de grande escala. Os sistemas tradicionais agrícolas de utilização da terra eram apropriados para regiões com populações muito mais baixas e dispersas. Os agricultores mudavam-se para novas terras quando a produtividade das culturas caía e colhiam alimentos, medicamentos, lenha e material de construção nas florestas. Este método de agricultura é considerado incompatível com a nova realidade de Moçambique de florestas dizimadas, aumento da exploração madeireira, da exploração de minas e do desenvolvimento de infraestruturas, bem como o aumento das densidades populacionais em regiões não consumidas pelos desenvolvimentos industriais de grande escala.

A realidade de N'hambita reflete o rumo e a transformação do país no seu conjunto. As populações locais fugiram da região durante a guerra civil, tendo apenas regressado entre o início e meados da década de 1990. A população aumentou extraordinariamente com a transferência dos retornados e dos novos migrantes para a região. A comunidade, e a sua floresta de propriedade coletiva com cerca de 8 000 hectares (ha), estão situadas ao lado do parque nacional, uma área protegida contra a exploração madei-

6 Ver http://unfccc.int/kyoto_protocol/mechanisms/clean_development_mechanism/items/2718.php

7 Ver FERN, Trading Carbon (Comércio de Carbono), 2010.

8 Para mais informações, ver <http://www.fern.org/storyofREDD>.

9 Para uma perspetiva de mercado sobre a razão pela qual os mercados do carbono pela compensação das florestas nunca conseguirão alcançar uma diminuição da desflorestação: <http://www.mundenproject.com/forestcarbonreport2.pdf>

reira e a caça pelos agentes de aplicação da lei do parque. O impacto dos fatores globais, regionais e locais pode ser visto nas imagens de satélite do coberto vegetal da região ao longo do período.

História do projeto

Âmbito e estrutura do projeto

O Projeto-Piloto de N'hambita foi financiado pela CE de agosto de 2003 a julho de 2008, tendo recebido 1 587 000 euros da rubrica orçamental Ambiente nos Países em Desenvolvimento da CE¹⁰. Uma empresa sediada no Reino Unido, a Envirotrade, liderou o projeto, em parceria com a Universidade de Edimburgo e outra empresa de consultoria sediada em Edimburgo, a Edinburgh Centre for Carbon Management (ECCM), e o Centro Internacional para a Investigação Agroflorestal (ICRAF). O projeto é gerido no país por uma subsidiária local, a Envirotrade Mozambique Limitada (EML)¹¹.

O projeto efetua pagamentos em numerário aos agricultores locais de pequenas comunidades do centro de Moçambique, com os seguintes objetivos:

- Conservação de uma floresta de propriedade coletiva;
- Novas plantações em regime de agrossilvicultura em pequenas explorações agrícolas individuais;
- Criação de meios de subsistência sustentáveis;
- Desenvolvimento de empresas locais de pequena escala nas comunidades;
- Demonstrar a eficácia dos regimes de comércio de carbono das florestas;
- Resultados de aprendizagem: como conceber, executar, avaliar e monitorizar esses projetos.

Atividades do projeto

As atividades geradoras de créditos de carbono podem ser genericamente agrupadas em duas categorias: Agrossilvicultura, a plantação e tratamento contínuo de novas florestas; e Desflorestação Evitada, o processo de impedir ou reduzir a destruição ou degradação das florestas existentes. Ambas as categorias devem cumprir os seguintes objetivos:

- Celebrar contratos com agricultores particulares para plantarem árvores nas suas pequenas explorações agrícolas, utilizando o sistema Plan Vivo¹² (ver caixa 1);
- Pagar ao conjunto da comunidade (através de um

fundo para projetos iniciados pela comunidade) para que conserve a floresta comunitária;

- Incentivar o desenvolvimento ou a expansão de produtos florestais não lenhosos (PFNL) (p. ex., apicultura) para consumo ou venda;
- Criar microempresas, tais como um viveiro detido pela comunidade para fornecer sementes e uma oficina de serração e carpintaria para transformar madeira (colhida de forma sustentável) em matérias-primas de valor acrescentado como mobiliário;
- Criar sistemas locais para monitorizar as atividades de sequestro de carbono e de desflorestação evitada e afetar as verbas obtidas com as vendas de créditos de carbono à comunidade na forma de, por exemplo, novos edifícios comunitários;
- Reforçar as capacidades a nível regional e estatal das agências suscetíveis de criar ou apoiar as estruturas necessárias para aceder ao mercado do carbono.

Caixa 1: O sistema Plan Vivo

O Plan Vivo é um programa concebido para desenvolver e gerir projetos comunitários de utilização das terras com benefícios de longo prazo em termos de carbono, meios de subsistência e ecossistemas. O desenvolvimento e supervisão estão a cargo da Fundação Plan Vivo, uma organização de solidariedade escocesa. Ao utilizarem este programa, os participantes do projeto N'hambita tinham uma série de opções à sua escolha, designadamente a plantação de árvores de fruto como a mangueira ou o cajueiro, madeira maciça ou árvores para a fixação de azoto intercaladas com culturas de géneros alimentícios. Os agricultores podiam celebrar contratos para várias dessas opções, caso detivessem terreno suficiente para acomodar vários contratos. Os agricultores seriam pagos através das receitas da venda de créditos de carbono pela reflorestação, por vezes apresentadas como pagamento por serviços ambientais (PSA).

É importante ter em conta que, embora o projeto nas suas descrições destaque a componente da agrossilvicultura, na realidade, essa componente fixa quantidades muito reduzidas de carbono, pelo que deverá obter poucas receitas com créditos. O programa previsto para fornecer a maior fatia das potenciais receitas era o programa da Desflorestação Evitada.

A proposta do projeto realçava que essas atividades eram potenciais modelos para projetos florestais futuros associados aos mercados do carbono e que à monitorização,

¹⁰ Rubrica orçamental B7-6200 Contrato da Comunidade Europeia B7/6200/2002/063-241/MZ

¹¹ Os aspetos científicos e técnicos da conceção do projeto eram da responsabilidade da Universidade de Edimburgo, da ECCM e da Norma da Plan Vivo durante a fase de conceção em 2002 e 2003 e ao longo do período da subvenção.

¹² <http://www.planvivo.org/about-plan-vivo/>



Muitos agricultores veem as plantações das árvores como uma despesa, que exige regimes regulares para controlar as ervas daninhas e os incêndios e substituir as perdas.

medição e análise seria aplicado o mesmo grau de esforço dedicado às atividades do projeto. Realçava igualmente que a metodologia do projeto seria participativa, incluindo membros da comunidade na conceção e avaliação do projeto, e que iria «promover meios de subsistência rurais sustentáveis, bem como gerar reduções comprováveis de emissões de carbono para a comunidade internacional»¹³.

Alterações do projeto

Desde o fim do financiamento da UE, em 2008, o projeto sofreu algumas alterações. Foi alargado o número de comunidades envolvidas e o projeto incluiu comunidades adicionais por ocasião do controlo documental e da visita ao terreno para a realização do presente documento informativo. O Documento de Conceção do Projeto (DCP) foi também objeto de revisões, tal como indicado no relatório final de verificação elaborado pela Rainforest Alliance para a CCBA¹⁴.

A documentação apresentada pelo projeto para a avaliação relativamente às normas de Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB) em 2010 indica que, nessa altura, um total de 1 835 agricultores tinha assinado 4 573 contratos e que o sistema REDD «tinha sido adotado em 9 599 ha num dos dois locais do projeto»¹⁵.

Desde setembro de 2008, o projeto tem sido essencialmente financiado pelas vendas de créditos de carbono, acrescido do investimento da empresa-mãe, a Envirotrade. Segundo o relatório anual de 2011, as vendas de carbono em 2010 cobriram 42% dos custos do projeto, sendo que o défice de financiamento foi principalmente colmatado com injeções de capital da Envirotrade¹⁶.

Relatório, monitorização e quadro de avaliação

Além dos relatórios sobre o projeto realizados pela Envirotrade para a CE, foram elaborados vários outros relatórios e avaliações:

- A Rainforest Alliance procedeu a uma avaliação das normas CCB do projeto, realizada em 2010¹⁷;
- Em 2002, antes do período de financiamento da CE, a Future Forest (agora designada por The Carbon Neutral Company) avaliou o projeto;
- Em 2004 e 2008, os estudos sobre os impactos socioeconómicos foram realizados por um estudante de um curso de pós-graduação, para serem incluídos no relatório final do projeto;
- Em 2012, Sarah H Cross e Anna Wallenlind Nuvunga elaboraram um relatório com base nas visitas ao local do projeto.

Todos estes estudos fornecem informações sobre o projeto e uma indicação sobre a qualidade e o rigor variáveis da monitorização e avaliação contínua do projeto.

¹³ <http://www.planvivo.org/about-plan-vivo/endorsement-and-support/>

¹⁴ «A Envirotrade introduziu alterações consideráveis no seu DCP e forneceu material de apoio suplementar, a fim de cumprir as medidas corretivas solicitadas pela Rainforest Alliance no projeto de relatório. Atualmente, o DCP apresenta uma clara imagem da estrutura do projeto. Capta também melhor a complexidade e o dinamismo do trabalho realizado até à data.» Avaliação de Validação do Projeto de Carbono da Comunidade de Sofala realizada pela Rainforest Alliance em Moçambique. 1 de setembro de 2010. Página 3 https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/Sofala_Community_Carbon_Project/Envirotrade_Sofala_CCB_valid_10.pdf

¹⁵ Projeto de Carbono da Comunidade de Sofala. Documento de Conceção do Projeto de acordo com as normas CCB e da Plan Vivo. Abril de 2010. Página 1 https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/Sofala_Community_Carbon_Project/2010-18-04-PDD-CCBA-Sofala-post+audit_FINAL.PDF

¹⁶ http://www.planvivo.org/wp-content/uploads/2011_Plan-Vivo-Annual-Report-final_website.pdf

¹⁷ http://www.rainforest-alliance.org.uk/sites/default/files/climate_project/Envirotrade-Sofala-CCB-valid-10_0.pdf

3. Análise: o projeto alcançou os seus objetivos?

O projeto-piloto de N'hambita está em execução há uma década. Estão disponíveis em muitas centenas de páginas de documentos do projeto informações fragmentárias sobre a conceção, execução e eficácia, bem como duas avaliações externas orientadas pela CE. A análise desses documentos foi atualizada com as conclusões de uma visita ao terreno a alguns locais do projeto, em 2012, e de entrevistas a funcionários da Envirotrade em Moçambique. Em conjunto permitem às partes interessadas formar uma opinião sobre o êxito do projeto.

A principal conclusão da FERN é a de que o projeto, mesmo analisado pelos seus próprios critérios, não foi um êxito. As falhas estruturais no conceito original, na sua execução, monitorização e interação com outros fatores sociais e económicos da desflorestação tornaram o fracasso inevitável, como descrito a seguir.

Medir o carbono e projetar o futuro

Todos os regimes de comércio de licenças de emissão de carbono florestal tornam-se deficientes pelos verdadeiros desafios que se colocam na quantificação do carbono contido na floresta existente e na previsão de quanto carbono será captado ou libertado em cenários futuros, sendo que o Projeto-Piloto de N'hambita ilustra claramente os problemas enfrentados.

Para criar um crédito de carbono que possa ser vendido, um projeto de compensação florestal de carbono deve ser capaz de demonstrar que o carbono foi captado (através de uma nova plantação) ou que não foi libertado (através da proteção das florestas existentes) e, principalmente, que estes benefícios resultam das atividades do projeto e não de qualquer outro fator.

O projeto deve começar com uma estimativa de base: que quantidade de carbono seria libertada ou captada se o projeto não fosse executado. As projeções devem ter em conta vários fatores complexos e interligados impulsionadores da desflorestação e de novas plantações. Por

consequente, deve ser feita uma projeção: que quantidade de carbono seria libertada ou captada se o projeto fosse executado.

A diferença entre a estimativa de base e a projeção fornece o número de créditos de carbono que é possível gerar. A exatidão no cálculo da estimativa de base e da previsão do futuro é, por conseguinte, crucial para obter o valor de captação de carbono do projeto.

A única forma de aferir com exatidão o carbono contido numa árvore implica abater e queimar a mesma. Dado tratar-se de algo inviável ao nível de uma floresta e que contraria o principal objetivo dos regimes de compensação, utilizam-se outros métodos para atribuir um valor de carbono às florestas existentes e às árvores ainda não plantadas. Todos esses métodos envolvem medições representativas. A exatidão do cálculo do carbono depende da exatidão da medição representativa subjacente¹⁸. As medições representativas utilizadas variam desde números padrão para o carbono, com base nas médias das espécies presentes na região do projeto, valores referidos na literatura, até inventários florestais em que as quantidades de madeira registadas em m³/ha são depois convertidas em toneladas de carbono armazenado na floresta. Um inventário florestal é, portanto, em muitos casos uma ferramenta essencial para determinar a estimativa de base do carbono florestal.

A dificuldade — e com os métodos atuais disponíveis, a impossibilidade — de quantificar os fluxos de carbono florestal foi uma das principais razões pela qual as florestas não foram incluídas nos mecanismos do mercado de carbono do Protocolo de Quioto ou no RCLE da UE O

¹⁸ Ver a análise do The Munden Project relativa à exatidão alcançável com medições padrão de carbono florestal comparativamente com os requisitos padrão de exatidão para produtos negociados em bolsas de matérias-primas. A lacuna entre o que é exigido e o que é possível obter torna o carbono florestal uma matéria-prima não adequada para bolsas de matérias-primas, tal como foi previsto pelos proponentes de regimes de compensação REDD. The Munden Project (2011) 'REDD and Forest Carbon: Market based critique and recommendations' www.mundenproject.com/forestcarbonreport2.pdf



Uma mulher da aldeia de N’hambita à espera do dinheiro da Envirotrade para acabar a sua casa que não tinha telhado.

Projeto-Piloto de N’hambita demonstra que esta situação não sofreu mudanças de fundo. Os cientistas do projeto observaram que «um importante obstáculo à formação de regimes de certificação REDD eficazes é a falta de métodos consistentes e amplamente aceites para a definição dos valores iniciais»¹⁹.

No caso do levantamento de base de N’hambita, o estudo de 7,5 ha de floresta, que visava listar espécies de árvores e classificar diferentes tipos de floresta, foi modificado para um levantamento inicial com uma enorme margem de erro. Mais tarde, no período de financiamento, foram acrescentados dados suplementares. Contudo, isto não resolveu a falta de uma medição adequada. Os cientistas envolvidos no projeto descrevem eles próprios as limitações dos seus dados: «A grande variação na biomassa das florestas tropicais é causada por variáveis específicas do local, como a chuva, o solo e o histórico de perturbações. Por conseguinte, estes valores devem ser apenas utilizados como uma estimativa geral e os inventários realizados sempre que possível»²⁰ (destacado no original). Os cientistas contratados pelo projeto também solicitaram que os dados de satélite fossem combinados com Sistemas de Informação Geográfica (SIG)

e o levantamento de dados no terreno (assegurando que os dados de satélite sobre a densidade e tipo de vegetação são exatos), a fim de fazer uma melhor estimativa das reservas de carbono. Durante o período de financiamento da CE, não foram executados inventários nem abordagens por satélite. O projeto realizou um pequeno estudo sobre o carbono no solo, uma componente potencialmente importante das reservas de carbono florestal, mas abandonou a medição em geral por ser demasiado dispendiosa. A falta de dados sobre as reservas de carbono existentes colocou em causa a venda de créditos de compensação, bem como a natureza piloto do projeto.

Na determinação das taxas prováveis de desflorestação, o projeto também não foi capaz de estabelecer uma estimativa sólida e credível. A taxa histórica de desflorestação foi determinada a partir de dois dados e partiu-se do pressuposto de que a taxa se manteria constante e linear. Não havia qualquer indicação de que o projeto entendia os vários fatores determinantes da desflorestação nas regiões abrangidas pelo mesmo (nomeadamente a extração ilegal e legal de madeira, a produção de carvão, o desbaste de terrenos para fins agrícolas e os incêndios provocados ou naturais) ou a forma como os mesmos podiam interagir ou mudar. Os autores do relatório final da UE reconheceram que «se a população continuar a aumentar, esta abordagem simples poderá não ser válida ... Se esta procura [por carvão] aumentar, tal como parece ser o caso, poderá ser necessário abandonar os valores iniciais resultantes da extrapolação das taxas de desflorestação atuais»²¹. A migração na região é descrita noutra secção como apenas «os regressos adicionais das pessoas deslocadas e respetivos familiares» sem ter em conta outros fatores, designadamente, por exemplo, a própria atratividade das atividades do projeto devido aos postos de trabalho e rendimento que o projeto prometeu criar²².

Além disso, o projeto não fez qualquer tentativa no sentido de estudar de que forma a possível (e provável) fuga poderá efetivamente contrariar o impacto do projeto: de que modo, por exemplo, a proteção da floresta comunitária de N’hambita poderá fazer com que os madeireiros ou carvoeiros ou os membros da comunidade se desloquem para outras partes para colher árvores ou criar novos campos para cultivar as culturas que já não podiam ser cultivadas na região do projeto. Ademais, durante o período em que o projeto recebeu financiamento da CE, ele não criou um plano de gestão para a floresta tal como prometido na proposta do projeto. No entanto, esse plano de gestão florestal foi considerado um requisito essencial para gerir

19 Relatório final da UE, página 159.

20 Relatório final da UE, página 152. UTILIZAÇÃO DA TERRA DA COMUNIDADE DE MIOMBO E PROJETO-PILOTO DE NHAMBITA PARA A GESTÃO DO CARBONO [http://www.envirotrade.co.uk/documents/EU%20Final%20Report%20Part%20\(5\).pdf](http://www.envirotrade.co.uk/documents/EU%20Final%20Report%20Part%20(5).pdf)

21 Relatório final da UE, página 169.

22 Relatório final da UE, página 8.



Vista de Boe Maria onde há nascentes de águas termais e planos de investimento para a construção de um hotel, dando esperança de novos postos de trabalho nas aldeias adjacentes.

a floresta de forma sustentável e para detalhar planos de proteção florestal.

Em síntese, a componente da Desflorestação Evitada do projeto não produziu quantificadores credíveis e fiáveis sobre a vegetação e as reservas de carbono existentes ou sobre as futuras reservas de carbono, nenhum plano para gerir a floresta e nenhum plano para controlar a fuga. Atendendo a essas falhas, o projeto não tinha dados credíveis para quantificar o impacto do projeto na desflorestação da região e, por conseguinte, parece ter vendido créditos de compensação por uma suposta Desflorestação Evitada sem dispor dos dados necessários.

Pressupostos de equivalência e permanência

Todos os regimes de compensação de carbono florestal assumem um pressuposto ilógico de equivalência entre carbono *fóssil* libertado na atmosfera onde permanecerá por longos ciclos geológicos e as reservas de carbono *biológicas* que, na melhor das hipóteses, terão uma duração de séculos. O Projeto-Piloto de N'hambita tenta fazer uma quadratura do círculo através de pressupostos infundados sobre a permanência dos regimes de plantação e

proteção. O sistema Plan Vivo calcula um valor médio anual de sequestro de carbono com base em 100 anos de crescimento (sendo que algumas opções exigem várias replantações ao longo desse período). As árvores em desenvolvimento apenas alcançam essa reserva média de carbono quando atingem 15 a 35 anos.

Contudo, simplesmente não existe forma de garantir que a reserva de carbono nas árvores está segura e garantida durante um século. Assumir que as árvores vão sobreviver muito tempo é um pressuposto arriscado; assumir que sobreviverão num ambiente empobrecido, instável em termos políticos e climáticos é — tal como um avaliador do projeto subestima eloquentemente — «algo que não se sustenta perante o rigor das metodologias emergentes»²³. Apesar deste pressuposto deficiente, o projeto continuou a vender créditos de carbono.

Aspectos específicos da conceção do projeto apenas agravam o risco de que a reflorestação não será permanente. Alguns desses aspectos são explorados mais adiante.

²³ A avaliação citada foi realizada pela Carbon Neutral Company, anteriormente denominada Future Forests, que adquiriu créditos de compensação de carbono à Envirotrade em 2002, antes do período de subvenção da CE, para incluir na sua carteira de projetos de compensação de carbono para revenda.

Expectativas irrealistas de um compromisso de longo prazo por parte dos agricultores

Os agricultores são pagos antecipadamente, ao longo de sete anos, pelo total estimado do sequestro de carbono pelas árvores que plantam durante um período de 100 anos. No primeiro ano, recebem 30% do valor do pagamento para 100 anos. Após sete anos, o projeto assume que «o(s) benefício(s) das novas árvores plantadas [...] são suscetíveis de dar incentivos suficientes ao agregado familiar para proteger as árvores nos 93 anos seguintes»²⁴. No entanto, a investigação no terreno feita para este projeto indica que essas expectativas são lastimavelmente otimistas.

A visita ao terreno, em 2012, mostrou que os agricultores que plantaram árvores de fruto à volta das suas casas estavam contentes com os frutos já colhidos e tinham esperança de poder vender mais frutos no futuro. As árvores de fruto aparentavam ter boas hipóteses de resistir durante muito tempo. O mais surpreendente foi que a maioria dos agricultores parecia igualmente ver a madeira das outras espécies de árvores como um futuro benefício. A maioria afirmou que iria abater as árvores quando tivessem o tamanho certo e vender a madeira para construção, combustível e produção de carvão. Dependendo das espécies, isso demoraria 20 a 50 anos. Alguns disseram que iriam abater as árvores assim que os contratos de sete anos terminassem e outros responderam que não iriam abater as árvores. A utilização futura da madeira é vista como um dos benefícios que o projeto confere às comunidades. Ninguém ouviu falar de um limite de 100 anos antes de as árvores poderem ser abatidas.

Alguns dos contratos de sete anos já estão a chegar ao fim, não estão a ser disponibilizados novos contratos e os pagamentos estão a ser descontados ou adiados, no caso de contratos existentes, devido à perda de árvores. A Envirotrade, por razões que o autor desconhece, atrasou alguns pagamentos até seis meses depois das datas de vencimento habituais. Muitos agricultores já começavam a encarar as plantações como uma despesa, exigindo regimes regulares para controlar as ervas daninhas, os incêndios e substituir as perdas, em terrenos que poderiam ser utilizados para outras culturas e que já não proporcionavam grandes receitas de dinheiro. A taxa de mortalidade das plantas é elevada devido às secas, incêndios e parasitas, sendo que todos os anos têm de ser plantadas muitas plantas novas para compensar os propágulos que morreram. Em algumas regiões, havia sinais de falta de cuidado das árvores jovens nos terrenos. As ervas daninhas têm praticamente a mesma altura dos propágulos — conduzindo a um risco de incêndio.

Os contratos estipulam que os signatários devem limpar as ervas daninhas dos seus terrenos para evitar incêndios. Mas foram muitos os que afirmaram abertamente que tinham perdido a motivação devido aos pagamentos atrasados e descontos. Alguns mencionaram que deixariam de cuidar das árvores ou que iriam abatê-las para madeira.

O declínio deste compromisso é refletido nas conclusões do estudo socioeconómico de 2008, incluído no relatório final do projeto. O estudo concluiu que uma grande maioria dos agricultores não iria continuar a proteger as árvores assim que os pagamentos fossem interrompidos. Muitos pareciam desconhecer que tinham assumido um compromisso de 100 (e não de sete) anos, tendo a expectativa de que seria oferecido outro contrato para as mesmas árvores quando o primeiro expirasse. A iliteracia de muitos agricultores agravou as confusões sobre a natureza dos contratos que tinham assinado com uma impressão digital. A própria necessidade extrema dos agricultores em termos de dinheiro ou combustível, bem como uma série de potenciais pressões externas, nomeadamente incêndios, pestes ou produtores de carvão ou madeira, foram fatores que poderiam conduzir à «não permanência».

O diretor nacional da Envirotrade, Antonio Serra, afirmou que os seus clientes estão cientes do risco de as árvores poderem vir a ser abatidas. A principal razão apontada para efetuar o pagamento completo do período de contrato durante os primeiros sete anos é a de que a soma paga anualmente seria insignificante caso fosse repartida ao longo de 100 anos.

Sistema de pagamento ex-ante

Existe um problema comparável com o sistema de pagamentos da componente Desflorestação Evitada do projeto. Os pagamentos são efetuados ex-ante: isto é, antes do facto. O carbono ainda não foi fixado ou conservado e ainda pode ser libertado muito antes de o carbono fóssil libertado no seu lugar deixar de interferir no clima. Ainda assim, os investidores, os consumidores e as empresas estão a comprar estes créditos de carbono, assumindo que representam carbono capturado e armazenado por um período de tempo considerável. Cada tonelada equivalente de dióxido de carbono (tCO₂e) reivindicada, mas não detida pelo Projeto-Piloto de N'hambita, representa uma tonelada extra libertada ou que fica por compensar pelo comprador final de créditos de carbono. Em cada um dos casos, o projeto está irónica e desastrosamente a facilitar o aumento das emissões de carbono.

24 Relatório final da UE, páginas 373-374.

Monitorização e verificação do carbono do projeto

A todos os níveis, os relatórios e dados fornecidos à CE eram profundamente inadequados. O projeto não forneceu qualquer prova de que cumpriu (ou tentou cumprir) o plano proposto de incluir «sistemas de monitorização enquanto parte intrínseca da sua conceção», seja relativamente aos aspetos científicos e técnicos do projeto (tal como descrito acima) ou aos fatores sociais (tal como descrito abaixo)²⁵. A exaustiva avaliação externa de 2008 especificou uma lista de negligências de monitorização e relatórios que comprometeram seriamente a legitimidade do projeto e que demonstram que o projeto não concretizou muitos dos seus objetivos²⁶. Infelizmente, outros relatórios que avaliaram o projeto para a Comissão indicam um menor controlo do que seria de esperar, por exemplo, apoiados nos pressupostos e relatos dos funcionários da Envirotrade e dos beneficiários do projeto, em vez de se apoiarem nas contas ou nos dados financeiros²⁷. O relatório da avaliação externa de 2009, por exemplo, apoia-se numa narrativa do proprietário da empresa para informar sobre os registos financeiros e uma grande parte do conteúdo parece ter sido usada sem citar documentos da empresa Envirotrade²⁸.

A investigação no terreno realizada para a FERN, em 2012, sugere que, desde 2009, a Envirotrade tem estado a trabalhar com técnicos locais para criar um sistema que auxilie a monitorização, a elaboração de relatórios e a verificação dos resultados do trabalho dos agricultores, bem como a documentação da sobrevivência das plantas. Espera-se que a base de dados permita à gestão do projeto acompanhar mais de perto a plantação de cada agricultor e monitorizar as taxas de sobrevivência das plantas em diferentes regiões. Estas medidas podem ser consideradas uma melhoria relativamente à lamentável falta de monitorização e elaboração de relatórios sistemáticas durante o período de subvenção da CE. Todavia, ainda está por ver de que modo estes sistemas serão executados e mantidos na prática e, em especial, que efeito terá na taxa efetiva de sobrevivência das árvores. Isto é sobretudo verdade para as regiões em que os pagamentos decorrentes do contrato acabaram e o projeto assume que as árvores serão mantidas pelos agricultores sem mais pagamentos.

A apreciação da avaliação das normas CCB do projeto realizada pela Rainforest Alliance revela a falta de credibilidade do certificado de padrão de ouro — que abrange os benefícios para o clima, as relações da comunidade e os

impactos na biodiversidade. A falta de rigor na aprovação do projeto é ilustrada por quatro exemplos:

A equipa de certificação apoiou-se nos técnicos dos projetos como guias, o que significou que os agricultores não se sentiam capazes de falar abertamente sobre a sua situação e experiências. Durante a visita ao terreno, em 2012, realizada por investigadores independentes para a FERN, os agricultores fizeram referência explícita e espontânea às vantagens de poderem falar sem a presença dos funcionários do projeto.

A avaliação indica (ver secção CAR 13/10) que a Envirotrade tinha recentemente acrescentado um procedimento de queixa em três fases ao DCP, garantindo uma resposta por escrito às queixas no prazo de cinco a dez dias úteis. Provavelmente, este procedimento não estava implementado quando os contratos anteriores foram assinados. O relatório não esclarece se os contratos anteriores foram atualizados retroativamente, de que modo os agricultores iletrados vão tomar conhecimento do processo e que utilidade poderá ter para eles uma resposta escrita.

A avaliação sublinha que o projeto utiliza os pagamentos efetuados aos agricultores como medida da atividade/ impacto, em vez de tentar quantificar efetivamente o armazenamento de carbono alcançado (ver secção CAR 21/10). Solicita que esta medida não fiável dos benefícios climáticos, que não cumpre as normas CCB, seja resolvida antes de a certificação ser concedida. A resposta da Envirotrade foi a de que «a monitorização dos sistemas agroflorestais poderá ser revista para permitir a quantificação das reservas de carbono... [e] que as árvores mortas são substituídas, portanto, a fixação planeada irá sempre verificar-se, salvo se ocorrer uma falha completa» [sublinhado nosso]. Esta declaração vaga do proprietário do projeto foi suficiente para a certificação prosseguir.

relatório de avaliação registou que tinha sido encontrado um erro no modelo utilizado para calcular algumas reduções das emissões (ver secção CAR 17/10). A Envirotrade ainda não tinha implementado um novo modelo e não foi capaz de confirmar exatamente que quantidade inferior de carbono o novo modelo seria suscetível de indicar, assim que fosse implementado. Os dados do projeto que mostravam projeções de fixação de carbono foram criticados, porque «não ficou claro quais os pressupostos utilizados para criar os dados... ou exatamente que especificação técnica tem sido utilizada». Não obstante, a Rainforest Alliance estava satisfeita por encerrar a questão e emitir a certificação, porque a Envirotrade deu o seu acordo de princípio de, futuramente, fazer uma dedução da absorção dos riscos do projeto num registo público, a qual, embora as «modalidades deste processo» ainda se encontrassem «em

25 Proposta do projeto, página 29.

26 Schreckenberget al., ver sobretudo as páginas 6-9.

27 Ver, por exemplo, Kooistra, páginas 4 e 7.

28 Marzoli and Del Lungo, página 40, e, por exemplo, as páginas 11-13.

desenvolvimento», estava prevista que correspondesse a 60% da absorção do projeto, ou 88 000 tCO₂e. Os dados não fiáveis foram eliminados e excluídos, o que foi considerado suficiente para resolver a questão.

Quando se tem em conta esta falta de rigor e o facto de a Rainforest Alliance ter ignorado todas as restantes falhas graves do projeto identificadas neste documento, apenas se pode concluir que é lastimável que o processo de avaliação das normas CCB não contenha qualquer mecanismo para retirar retroativamente um certificado depois de emitido.

Viabilidade financeira

O projeto foi considerado autossuficiente através da venda de créditos de carbono. As recentes declarações sobre as dificuldades financeiras do projeto indicam que, mesmo com uma doação generosa da CE para o arranque, não pode sê-lo. Em especial, o modelo financeiro para a componente da reflorestação parece financeiramente inviável.

Isto deve-se, em parte, à dimensão do projeto. O relatório final da UE sobre o projeto retira a conclusão inevitável: «Projetos com um potencial tão reduzido de fixação dificilmente serão viáveis sem assistência financeira externa»²⁹ (por exemplo, 1 587 000 da CE). Os números do próprio projeto indicam que a componente agroflorestal produziu uma fixação anual de 1 217 tCO₂. Entretanto, estima-se que a componente da Desflorestação Evitada, que abrange 8 000 a 10 000 ha da floresta da comunidade, produzirá (em termos gerais) 24 116 tCO₂ anualmente. As entrevistas com a gestão do projeto da Envirotrade durante a investigação no terreno para a FERN, em 2012, sugerem que o projeto necessita dispor de, pelo menos, 50 000 a 100 000 hectares de áreas de REDD (por oposição às regiões agroflorestais) para que o seu modelo de negócio seja economicamente viável.

Antonio Serra, da Envirotrade, espera que, para os futuros contratos e regiões do projeto, a empresa prossiga com as componentes agroflorestais do projeto, embora dê menos retorno por ha, mas que as limite a cerca de 20%. Isto deve-se ao facto de que, juntamente com as atividades de culturas intercalares para aumentar a fertilidade das machambas existentes (termo específico que designa campos ou terrenos agrícolas em Moçambique), foram os pagamentos agroflorestais que impediram os agricultores de criar novos campos nas regiões de conservação. Além disso, os compradores de créditos têm sido, regra geral,

do mercado voluntário da Responsabilidade Social das Empresas e preferem projetos que permitam uma ligação direta aos agricultores que participam. Os créditos obtidos com as atividades de Desflorestação Evitada demonstraram ser difíceis de vender³⁰.

O projeto foi também afetado por uma queda no preço do carbono. As projeções apontavam para 15 USD por tonelada de CO₂ — um pressuposto razoável com base nos preços de carbono reais e projetados na altura. Mas, segundo os gestores do projeto entrevistados durante a investigação no terreno, a venda de créditos de carbono de 2010 a 2011 rendeu não mais do que 5 a 6 USD por tonelada. Trata-se apenas de pouco mais do que o preço pago por contrato aos agricultores participantes, não deixando qualquer margem para os custos do projeto e as despesas gerais.

Outra deficiência financeira são os prováveis obstáculos à certificação da Verified Carbon Standard (VCS)³¹, dado que o projeto continua a não dispor de um plano de gestão pormenorizado; de um levantamento inicial adequado; e de estudos sobre as fugas. O projeto enfrenta o enigma familiar a outros projetos de compensação de carbono florestal: a certificação VCS poderá aumentar o número de créditos vendidos, mas, enquanto o projeto não conseguir vender mais créditos, sobretudo pelo facto de todos os preços do carbono terem caído, os projetos dificilmente conseguirão suportar os custos consideráveis associados à certificação³².

Com insuficientes economias de escala, vendas fracas das suas atividades mais produtivas relacionadas com o carbono, um preço do carbono em baixa e o fim do financiamento da CE, a Envirotrade terá de falhar os pagamentos aos agricultores ou injetar o seu próprio dinheiro no projeto para continuar a executá-lo. A investigação no terreno, em 2012, sugere que até essa altura, os contratos foram em grande medida honrados, embora alguns participantes de certas comunidades tivessem expressado frustração e raiva relativamente a atrasos e cortes nos pagamentos considerados uma violação dos contratos que assinaram.

29 Relatório final da UE, página 401.

30 Comunicação pessoal com o diretor nacional da Envirotrade, Antonio Serra, durante a investigação no terreno para a FERN em junho de 2012. O relatório anual de 2009 fornece igualmente uma lista das quantidades de toneladas adquiridas por clientes específicos, divididas em agrossilvicultura e regiões de conservação REDD.

31 A VCS é uma norma utilizada por muitos projetos de carbono florestal que vendem créditos de compensação para verificar os cálculos de carbono nos quais se baseia a geração de créditos de compensação.

32 Na perspectiva da FERN, estes regimes de certificação da compensação de carbono são incapazes de resolver as falhas subjacentes das compensações de carbono e, na prática, demonstraram falta de rigor, mesmo quando avaliados relativamente às normas de projeto acordadas.

Objetivos de desenvolvimento: a experiência das comunidades locais

Desde o início do projeto, a criação de meios de subsistência sustentáveis foi um objetivo declarado. Mas posteriormente, e em consonância com a tendência geral de monitorização e avaliação fraca ou inexistente, as únicas medições de fatores socioeconómicos fornecidas pelo projeto foram as de um estudo de pós-graduação no âmbito do relatório final da CE. Não existe qualquer estudo sobre os impactos socioeconómicos do projeto desde 2009. Todavia, com base nas evidências disponíveis, é improvável que o projeto vá resultar em benefícios de longo prazo para as comunidades envolvidas.

«O nome N'hambita percorreu o mundo. Mas o que há para ver? O que ganhámos? Pouca coisa. As famílias que já possuíam muitas machambas ganharam muito dinheiro, mas, para o resto da população, os benefícios são poucos. Muitos já nem querem saber das árvores. O pagamento é demasiado baixo.»³³

Líder da comunidade local

O estudo socioeconómico para o relatório final da CE indica que não existem benefícios significativos duradouros para os agregados familiares com contratos individuais de carbono. Não é uma surpresa, dado que o pagamento mensal médio aos agricultores para os contratos da Plan Vivo em 2007-2008 era de 6 USD. O estudo conclui que apenas os agregados familiares empregados em microempresas criadas com a subvenção da CE estão efetivamente melhores, sendo o salário médio mensal de 61 USD. O estudo conclui ainda que a melhoria de infraestruturas e o aumento dos níveis de literacia, por exemplo, não podem ser atribuídos às atividades do projeto. Ou seja, os ganhos em meios de subsistência e serviços comunitários deveriam-se mais provavelmente às macrotendências em Moçambique do que às atividades específicas do projeto.

Comunidades não envolvidas na conceção do programa

Embora a proposta de financiamento da CE se comprometa a envolver as comunidades locais na conceção e avaliação do projeto, bem como a monitorizar alguns indicadores sociais, apenas há indícios (sobretudo dos relatórios encomendados pela CE) da inclusão da comunidade na conceção e um levantamento útil mas limitado das famílias locais. A única prova irrefutável do contributo da comunidade é a inclusão, no relatório final, de uma cartografia da participação e um exercício de classificação, que não indicavam

quando foram realizados nem quantas pessoas participaram. Tanto os cientistas como os avaliadores externos para a CE sugeriram mecanismos para o envolvimento da comunidade; não há indícios de que essas recomendações tenham sido seguidas.

O relatório de avaliação da certificação da Rainforest Alliance de 2010³⁴ exigia a criação de um mecanismo de reclamação. A ausência do que seria considerado parte das boas práticas padrão para a participação da comunidade na conceção do projeto indica que essa prática não estava a ser totalmente seguida.

Consentimento livre, prévio e informado

Os indícios disponíveis fazem duvidar de que os participantes estavam em posição de compreender plenamente a natureza ou o âmbito do projeto ao qual estavam a aderir ou aquilo que estavam obrigados a fazer ao abrigo do contrato que estavam a assinar.

O contrato indica que os camponeses são fornecedores de carbono. Não faz qualquer referência sobre como funciona e que, mais exatamente, são fornecedores da fixação de carbono. Nenhum dos agricultores entrevistados em 2012 percebia o conceito de comércio de carbono. A maioria nem sequer tentava explicar quando interrogada sobre o tema; apenas afirmava que se tratava de algo que os gestores do projeto sabiam. Entre os restantes, a perceção mais comum era a de que estavam a ajudar a fornecer carbono, uma vez que havia falta do mesmo no mundo industrializado. Alguns agricultores responderam que a plantação de árvores ajudaria as nuvens a permanecerem de modo a que chovesse: aparentemente os funcionários do projeto explicaram-lhes as alterações climáticas desta forma muito simplificada. Numa região propensa à seca, isto podia criar o risco de os agricultores, caso as secas persistissem, perderam a confiança na plantação das árvores.

Além disso, tal como abordado na secção que especifica as expectativas irrealistas dos agricultores, parece que o projeto não conseguiu informar adequadamente os membros da comunidade sobre as implicações reais e elevadíssimas a longo prazo dos contratos de compensação do carbono que os agricultores assinaram individualmente e aos quais a comunidade está agora sujeita no seu conjunto. Numa comunidade pobre, poderá haver benefícios a curto prazo decorrentes de pagamentos em dinheiro muito baixos, mas quais serão as consequências quando forem interrompidos, seja porque o projeto falha ou porque

33 Comunicação pessoal durante a investigação no local, junho de 2012.

34 http://www.rainforest-alliance.org.uk/sites/default/files/climate_project/Envirotrade-Sofala-CCB-valid-10_0.pdf



Crianças da
aldeia Boe
Maria.

os residentes não têm conhecimento das suas obrigações associadas ao contrato muito para além do período no qual receberão pagamentos?

Os agricultores poderão não ter claro que os pagamentos terminarão após sete anos. Ademais, as especificações da Plan Vivo registam custos anuais de manutenção para várias culturas entre 10 e 430 USD. Os agricultores foram informadores sobre os eventuais custos futuros?

O dinheiro limitado vai a conta-gotas para as comunidades

Um relatório da Envirotrade indica que o projeto fornece uma parte significativa dos ganhos derivados da venda de créditos de carbono às comunidades que participam no projeto. Na verdade, verifica-se que menos de um terço das receitas decorrentes das vendas vai para os agricultores e a comunidade, com os restantes dois terços afetados aos custos da Envirotrade, ao reembolso dos empréstimos contraídos pelo projeto e à esperada margem de lucro. A inexistência de registos financeiros relevantes durante o período de subvenção da CE torna impossível identificar quem beneficiou financeiramente, e até que ponto, da doação da CE.

A comunicação por e-mail com a Envirotrade esclareceu alguns números mais exatos que mostram ainda mais a inviabilidade financeira do projeto. Contudo, esses números não fornecem provas sobre quanto dinheiro foi para as próprias comunidades locais. A Envirotrade disse-nos que, de 1 de janeiro de 2009 a 30 de setembro de 2012, as vendas VER totalizaram 1 750 517 USD e que as despesas direta-

mente relacionadas com o projeto totalizaram 3 301 474 USD. Durante o mesmo período, os pagamentos aos participantes no projeto e os custos com pessoal local totalizaram 2 367 033 USD (ou seja, 72% das despesas diretamente relacionadas com o projeto). Dado que o pagamento dos salários aos funcionários e os pagamentos às comunidades não estão indicados separadamente, este número não demonstra quanto dinheiro foi para as comunidades. Indiscutivelmente, o projeto de N'hambita gerou uma fonte limitada de receitas para as comunidades locais, embora à custa de poderem cultivar menos culturas e de incorrerem em despesas que de outra forma não teriam de suportar.

Iniciativas não sustentáveis do ponto de vista económico

A proposta do projeto reivindicava que o financiamento do projeto seria cuidadosamente controlado «para evitar o subsídio de atividades comerciais que poderiam conduzir a problemas financeiros quando o financiamento terminasse»³⁵ e que, «atendendo à instabilidade do mercado de carbono, a sustentabilidade financeira das atividades do projeto não terá por base as vendas de carbono e que as atividades de utilização da terra apenas serão promovidas se tiverem a capacidade de fornecerem benefícios sociais e económicos de longo prazo, independentemente das vendas de carbono»³⁶. Com base nos dados disponíveis, não existe qualquer indicação de que esses objetivos foram concretizados, ou de que poderiam sê-lo.

35 Proposta do projeto, página 31.

36 Proposta do projeto, página 16.

É difícil evitar a conclusão de que o financiamento inicial do projeto forneceu uma rampa de lançamento para empresas comunitárias com poucos efeitos financeiros sustentáveis e positivos na comunidade.

Os agricultores que participavam no projeto receberam pequenas somas durante um período de tempo limitado e a empresa não está a oferecer novos contratos na região abrangida pela subvenção da CE. Por conseguinte, o pessoal e técnicos locais do projeto vão perder o emprego. O único benefício identificado como seguro e de longo prazo será o das árvores, e sobretudo das árvores de fruto, caso permaneçam vivas. Os principais benefícios a médio prazo são telhados de estanho, bicicletas e outros bens que as famílias adquiriram com os pagamentos do carbono.

Muitas das atividades planeadas enquanto parte do projeto financiado pela CE — tais como a proteção das florestas contra o abate ilegal de árvores e os incêndios; a criação de uma base para a geração de fluxos de receita com produtos florestais não lenhosos; o desenvolvimento de microempresas; e a construção de edifícios comunitários — foram executadas. Contudo, surge a questão: será que os avanços realizados e os benefícios gerados vão durar? Todas as microempresas criadas estão alegadamente a sofrer de diferentes problemas. Foram criados quatro viveiros que operam como associações independentes. Desde que deixaram de ser oferecidos novos contratos às comunidades de N'hambita, a procura de propágulos já diminuiu. As únicas vendas são para substituir plantas que morreram. Quando os contratos com a Envirotrade em N'hambita chegarem ao fim do período de pagamento de sete anos e a Envirotrade transferir a sua prioridade para regiões com novos contratos, os viveiros terão de encontrar novos clientes — ou encerrar.

A oficina de carpintaria também enfrenta problemas dado que a serra da serração tem de ser substituída e a associação não tem dinheiro suficiente para comprar uma nova. Segundo o diretor nacional, a associação dividiu os lucros pelos membros, em vez de poupar o dinheiro para necessidades futuras, o que indica que o reforço da capacidade de gestão financeira não foi suficiente ou que a pobreza continua a ser demasiado severa para permitir poupar com vista ao investimento. Em 2011, abriu uma padaria que já encerrou devido a problemas com o forno. Segundo a Envirotrade, há muitos agricultores que se dedicam à apicultura, mas a investigação realizada para a FERN apenas encontrou uma pessoa que tinha colmeias. Essa pessoa contou que as abelhas morreram durante o primeiro ano e que não tinha voltado a tentar.

Impactos sociais não intencionais

As informações encontradas no estudo socioeconómico de 2004/8 e nas avaliações da CE indicam que, na realidade, o projeto tinha tido impactos sociais negativos:

Impacto desigual nas mulheres. O emprego fora do lar aumentou de 8,6% das famílias inquiridas em 2004 para 32,2% em 2008. Estes novos postos de trabalho foram quase exclusivamente para os homens, fazendo com que as mulheres, que anteriormente partilhavam equitativamente as tarefas da agricultura com os homens, tivessem de continuar com a agricultura de subsistência e a cuidar das novas árvores plantadas. Quais as verdadeiras consequências para as mulheres e as raparigas? O inquérito indica a relativa ausência de mulheres em cargos de liderança, o que não ajuda a assegurar a distribuição equitativa dos benefícios e impactos negativos;



Outra perspetiva de Boe Maria.

Impacto desigual nas famílias desfavorecidas/pobres. Dado que os benefícios para o conjunto das comunidades são poucos (ver acima), levanta-se a questão: o que acontece àqueles que têm poucos ou nenhum contrato?

A forma como as famílias viviam e se sustentavam anteriormente afetou os seus ganhos decorrentes da adesão ao projeto. Os avaliadores da CE manifestaram a preocupação de que as comunidades que tinham sido formadas em torno de projetos florestais comunitários são amiúde dominadas pelo mais poderoso da comunidade. As pessoas que já possuíam mais terras do que as outras têm beneficiado mais. As famílias cujo meio de subsistência era a caça e não tinham machambas beneficiaram menos, dado que o modelo do projeto consiste em que as famílias trabalhem a terra que possuem, em vez de se deslocarem. Os agricultores que inicialmente não assinaram contratos com a CE ou que se deslocaram da região após 2009 estão agora a aguardar a oportunidade de aderir ao projeto. O pessoal da EML referiu que o projeto estava com dificuldades desde a chegada de novas famílias a uma das regiões do projeto e da abertura de novas machambas.

Acesso reduzido aos recursos florestais comunitários

Não se sabe até que ponto é que a limitação das atividades na floresta gerida pela comunidade afetou os meios de subsistência. Por exemplo, o relatório final da CE afirma que a produção de carvão é uma fonte principal de rendimentos a nível local. Contudo, não existe monitorização ou dados recolhidos relativamente à forma como os agregados familiares são compensados por uma eventual perda de rendimentos ou se vão a outras partes extrair carvão.

Segurança alimentar

A natureza da conceção do projeto reduz o acesso aos alimentos das florestas de propriedade comum — anteriormente conseguido através da abertura de novas machambas ou outros meios de colheita florestal — convertendo igualmente a superfície agrícola em agrossilvicultura. O projeto também exige uma manutenção contínua das novas plantações, a fim de controlar as ervas daninhas, as pestes, os incêndios e para irrigar as novas plantações. Por conseguinte, há menos terra disponível para as comunidades para a produção de alimentos e menos tempo para a cultivar ou de outro modo ganhar dinheiro. No modelo da Plan Vivo, isto é supostamente contrabalançado pelas técnicas de agrossilvicultura que vão melhorar o rendimento das culturas e eliminar a necessidade de deslocamento para novas terras à medida que os rendimentos diminuem, combinado com os PSA mensais.

No entanto, não existem dados que fundamentem esta reivindicação do projeto de que as novas técnicas estão a ter um impacto positivo e suficiente na fertilidade do solo e, deste modo, a aumentar o rendimento das culturas. Isto levanta a possibilidade de que a diminuição da fertilidade poderá forçar os agricultores a deslocarem-se para criar novos campos. Tal como analisado acima, os PSA mensais são pequenos, duram pouco tempo e estão sujeitos a atraso e redução.

Durante a visita ao local para a FERN, em 2012, descobriu-se que os agricultores estavam a ter dificuldades com a segurança alimentar. O ano de 2012 foi muito seco e os camponeses estavam a sofrer com as más colheitas. Os participantes queixaram-se de que tinham gasto muito dinheiro com a plantação das árvores, a limpeza dos campos e a criação de corta-fogos quando poderiam ter estado a gerar receitas de outras formas. O dinheiro proveniente do projeto iria, pelo menos, ajudar a comprar alguns alimentos, mas muitos camponeses disseram que os pagamentos atrasados afetaram a sua capacidade de alimentar as famílias. Os seus contratos proibiram-nos de abrir novas machambas nas regiões de conservação. Segundo o pessoal do projeto, uma região tinha sido afetada para a abertura de novas machambas, mas ainda existe a perceção, entre muitos agricultores, de que estão proibidos de abrir novos campos em geral.

Impactos ecológicos

As várias opções da Plan Vivo levantam questões ecológicas preocupantes sobre a componente da reflorestação, nomeadamente as seguintes:

As diretrizes para diferentes sistemas de plantação incluem instruções para a aplicação de pesticidas e fungicidas no caso de infestação ou doença. Quem suportará os custos deste fator de produção? Qual será o impacto dos químicos tóxicos na saúde humana e ecológica?

Os sistemas de plantação requerem irrigação regular. Quais as consequências do aumento da procura de água, tanto a curto prazo como também para os níveis do lençol freático? Há alguma espécie de árvore sedenta a monopolizar os abastecimentos de água? A proposta do projeto reivindicava que iria «explorar a relação entre a desflorestação e os níveis de inundações, juntamente com a erosão dos solos e os lençóis freáticos»³⁷. As relações entre a reflorestação e os lençóis freáticos foram avaliadas?

37 Proposta do projeto, página 4.

4. Conclusões

A presente análise do Projeto-Piloto N'hambita levanta questões que são específicas deste projeto de compensação de carbono, mas destaca questões que estão relacionadas com todos os projetos de compensação de carbono florestal. Apesar de não conseguir cumprir até mesmo as normas de monitorização e documentação exigidas a um projeto-piloto, ainda assim, é possível retirar conclusões do projeto relacionadas com as próprias falhas. A conclusão mais básica é a de que a UE não deverá canalizar mais nenhum tipo de financiamento para o avanço de metodologias e projetos-piloto destinados a uma medição dos fluxos de carbono florestal de um local específico com o intuito de gerar compensações.

Os problemas identificados no projeto são sintomáticos das tentativas de associar a viabilidade financeira e os benefícios sociais e ambientais ao comércio das compensações através de ecossistemas. As várias e complexas dificuldades na medição das reservas de carbono florestal, e mais ainda dos fluxos, não permitem associar o financiamento do projeto às medições do carbono que se esperam que sejam verificáveis e exatas. O projeto assenta igualmente nalguns pressupostos improváveis no que diz respeito à permanência, tais como a assinatura de um contrato com um período de pagamento de sete anos e o facto de se apoiar no pressuposto de que a parte contratante vai manter as árvores por um período adicional de 93 anos após o fim dos pagamentos. O projeto não conseguiu identificar, medir e monitorizar os indicadores sociais que iriam orientar a conceção do projeto nem demonstrar um envolvimento ou gestão significativa da comunidade. Não foi capaz de medir os impactos mais básicos do projeto nas pessoas e no ambiente.

A visita ao terreno de 2012 confirmou que os mesmos problemas e falhas, para os quais as avaliações externas da CE alertaram, continuam, em grande medida, por resolver. O projeto continua afetado por uma profunda falta de medições e relatórios sobre as suas próprias atividades, fatores sociais e ambientais, bem como dados financeiros e relativos às reservas de carbono. Os dados disponíveis demonstram que o projeto vendeu créditos de carbono a compradores internacionais sem uma medição credível das reservas de carbono na região do projeto, que não foi capaz de demonstrar benefícios significativos para a comunidade e que não monitorizou o impacto ambiental das atividades do projeto. Continua a não estar claro como, e de que forma, os membros da comunidade foram envolvidos na conceção do projeto e parece provável que, pelo menos em alguns casos, os agricultores não estavam totalmente conscientes das obrigações a longo prazo contidas nos contratos que assinaram com o projeto. Os objetivos de desenvolvimento sustentável, de monitorização e armazenamento de carbono e de contribuição para os conhecimentos em matéria de medição do carbono, tal como indicado na proposta de subvenção financiada pela CE, continuam por cumprir.

Então, de que forma o dinheiro da UE deveria ser gasto no contexto do debate sobre a redução da desflorestação e das emissões relacionadas com a perda de florestas?

O projeto representa um investimento extraordinário de dinheiro e tempo, tanto para a Envirotrade como para a UE, sem uma redução verificável ou demonstrável das emissões de

GEE. Os números apresentados pela Envirotrade mostram que, ao longo da vida do projeto, um total de 409 434 VER da Plano Vivo foram vendidos a compradores, gerando um total de 3 264 809 USD em receitas com vendas de compensação de carbono. Os custos diretos do projeto, sem a subvenção da CE, foram muito superiores a este valor das vendas, o que significa que a Envirotrade perdeu dinheiro com a gestão do projeto. Também para a UE não fez sentido, do ponto de vista financeiro, investir num projeto concebido para ter lucros com uma indústria não regulamentada, sem qualquer impacto positivo duradouro a nível local. Se a UE pretende reduzir as emissões, o financiamento deve então ser canalizado para medidas imediatas que reduzam as emissões na fonte no seio da UE: «As emissões evitadas hoje são bem mais valiosas, em termos de redução das alterações climáticas, do que as emissões evitadas daqui a dez anos, ainda mais porque as árvores plantadas começam a absorver carbono muito depois de as fábricas o libertarem.»³⁸

O projeto representa igualmente um investimento extraordinário de dinheiro e tempo com poucas ou nenhuma melhoria verificável na vida das comunidades: até se poderá considerar que a vida piorou. O projeto de N'hambita indica claramente que os projetos florestais de compensação, regra geral, «não abordam as complexidades e problemas das comunidades e dos meios de subsistência locais. Consomem uma enorme quantidade de recursos em termos de terra, água, tempo e energia dos residentes.»³⁹ A própria ONU mostra-se preocupada com o facto de que os mercados de carbono poderão «destruir valores sem fins lucrativos culturalmente enraizados» ou «privar as comunidades das suas aspirações legítimas de desenvolvimento da terra»⁴⁰. O projeto demonstra que a falta de análises relativamente aos mecanismos sociais de desflorestação, regimes de propriedade comum, resistência social, sistemas de desenvolvimento e história local podem conduzir a projetos ineficazes ou projetos que, na realidade, provocam danos nas relações sociais da comunidade, bem como na ecologia da comunidade.

O financiamento de projetos de compensação de carbono desvia as atenções relativamente à redução e reestruturação do consumo e da produção de bens na fonte. Tal como observado por uma crítica inteligente, «ao financiar estes projetos, não estamos a evitar a desflorestação, mas a evitar a responsabilidade, transferindo a responsabilidade para fora das fronteiras da Europa»⁴¹. Existe a ilusão de haver ação relativamente às alterações climáticas, mas sem uma movimentação essencial no sentido das estruturas e dos programas necessários para um futuro sem fósseis.

O projeto demonstra a improbabilidade atual de medir os fluxos de carbono nas florestas. Qual a quantidade de carbono que uma árvore efetivamente absorve? «As reduções que se reivindicam alcançar com as compensações são, regra geral, baseadas em cenários hipotéticos impossíveis de provar e têm muito pouco em conta os impactos negativos sociais e ambientais do modelo de desenvolvimento em que estão integradas.»⁴²

Talvez a consideração mais séria relativamente a este projeto seja a forma como a UE vai reagir, se e quando a Envirotrade deixar de ser rentável e o projeto for descontinuado. Qual a responsabilidade da UE em relação a esta matéria e de que forma o projeto poderia ser transferido para uma iniciativa liderada a nível local e sem fins lucrativos, concentrada na melhoria dos meios de subsistência da comunidade e na resolução das necessidades identificadas pela população local? Com uma supervisão e monitorização maiores e mais precoces — com mais aprendizagem antes de passar à ação — estas questões poderiam ter sido evitadas e os fundos da CE gastos de uma forma mais económica para os contribuintes da UE, para os residentes de N'hambita e, em última instância, para o clima.

38 Bond, et al, 12, citando Monbiot. <http://www.monbiot.com/2006/01/17/buying-complacency/>

39 Gilbertson, página 86. <http://www.carbontradewatch.org/downloads/publications/UpsettingtheOffset-ch4.pdf>

40 Documento quadro do programa REDD das Nações Unidas, citado em Gilbertson, página 60.

41 Gilbertson, página 31.

42 Gilbertson, página 41.



O Escritório da FERN na Inglaterra, 1C Fosseway Business Centre, Stratford Road, Moreton in Marsh, GL56 9NQ, Inglaterra

O Escritório da FERN na Bélgica, Rue d'Edimbourg, 26, 1050 Bruxelles, Bélgica

www.fern.org



Les Amis
de la Terre

Les Amis de la Terre